



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

A DEFICIÊNCIA NA ÓTICA DE CRIANÇAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS

Admilson Santos

Rafael Santos Mota

Sandra Regina Rosa Farias

RESUMO

A pesquisa teve como objetivos mapeamento e compreensão das representações sociais de deficiência na ótica das crianças com e sem deficiência Portuguesas e Brasileiras. A partir da teoria das representações sociais do grupo que acompanha os estudos de Moscovici buscamos captar, no discurso das crianças a essencialidade das mesmas em relação à deficiência. O trabalho é de natureza qualitativa e tem as características de um estudo descritivo. Foram entrevistadas 56 crianças portuguesas e 59 brasileiras. Esta análise nos possibilitou a constatação de representações relacionadas com o aspecto da doença, igualdade, incapacidade, normalidade, diferença e acessibilidade. Comprovamos que as crianças continuam a arcar com o ônus do estigma relacionado às crianças com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Representação; Deficiência; Criança; Educação

INTRODUÇÃO

Os seres humanos necessitam de espaço e de lugar. As vidas humanas são movimentos dialéticos entre refúgio e aventura, dependência e liberdade (Tuan). É nestes movimentos que procuramos encontrar sentidos e significados nos caminhos percorridos que nos conduziram a um novo ponto de partida.

A linguagem corporal, uma das primeiras do ser humano, segundo Vayer (1985, p.34), possui um duplo significado: o afetivo, que está relacionado com as atitudes, e o contato. Daí a importância do contato das crianças com os pais e o significado semântico que está relacionado com a ação corporal, constituindo assim a base das comunicações humanas.

Essa linguagem corporal é reforçada por Elias (1994b) quando afirma que o caráter e a função dos sons humanos, que conceituamos como linguagem, enquanto representação simbólica dos fatos e das funções de um mundo realmente existente, é apenas um dos diversos aspectos da comunicação humana.

As crianças cegas, assim como as videntes, não constroem sozinhas o esquema corporal. No jovem cego congênito, além da necessidade do toque corporal, existe também a



necessidade de diálogo verbal, com os pais ou responsáveis, sobre o seu esquema corporal e a imagem do seu próprio corpo.

Tendo em vista as dificuldades no processo comunicativo e educativo das crianças com e sem deficiência, devido à falta de um trabalho científico voltado para a questão simbólica da imagem de deficiência, questiona-se o trabalho de professores e técnicos especialistas no trato com crianças: será que se faculta a criança com deficiência ou não a possibilidade de discussão a respeito do simbólico em suas intenções? Ou seja, apresenta-se um problema para investigação: “Como o conhecimento das representações sociais de crianças Portuguesas e Brasileiras poderá contribuir para um melhor entendimento do significado de deficiência?” Uma forma de linguagem? Uma melhor compreensão corporal? Inclusão? Integração? Uma forma de comunicação? Melhora na locomoção?

De que forma devemos facilitar as explicações e conceitos sobre deficiência que pretendemos desenvolver com essas crianças que não possuem o estímulo, o respeito e a credibilidade dos adultos?

Por entendermos que o conceito de deficiência construído pela criança é um processo educativo e cultural, nosso objeto de estudo foi investigar a opinião, atitude e o estereótipo de grupos de crianças portuguesas e brasileiras com e sem deficiência em relação a deficiência e como entendem a mesma.

A investigação teve como objetivo 1) Mapeamento das representações sociais de deficiência a partir das crianças com e sem deficiência Portuguesas e Brasileiras; 2) Compreender e analisar as representações sociais de deficiência na ótica de grupos de crianças com e sem deficiência portuguesas e brasileiras;

RELEVÂNCIA

A relevância do presente estudo decorre principalmente da abordagem escolhida, que procura investigar a representação social de Deficiência sob a ótica de Crianças com e sem deficiência de Portugal e do Brasil, além proporcionar aos interessados uma contribuição em termos de recursos literários, onde a representação da criança com e sem deficiência possa ser considerada nos planejamentos pedagógicos de Portugal e do Brasil.

Faz-se necessário que o educador perceba na criança com deficiência ou não, um sujeito social do processo de educação, valorizando a subjetividade do indivíduo, seu potencial, seus valores, princípios, espontaneidade, história de vida, entre outros,



proporcionando a este sujeito o acesso, a reflexão, o pensar, o criar e o recriar nas possibilidades nas diversas áreas do conhecimento.

O presente estudo mostra-se oportuno pelo momento histórico da inclusão plena que os professores envolvidos com crianças com deficiência ou não passam, e pode provocar discussões nas Instituições a respeito do atual projeto de prática educacional para essas crianças.

Nosso estudo também poderá contribuir com informações no campo das representações sociais, que integram a representação da deficiência e a criança em Portugal e no Brasil contribuindo para a construção do conhecimento sobre a deficiência relacionada e fundamentada nas representações sociais dessas crianças.

REVISÃO DE LITERATURA

Em convergência com Almeida e Fernandes (2007) privilegiar uma intervenção e investigação social baseada nos direitos das crianças reconhecendo a equidade é reconhecer o seu papel ativo na construção de conceitos e contextos de inclusão social.

Em Portugal de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas – INE o número de pessoas com deficiência recenseadas em 12 de Março de 2001 cifrou-se em 634 408, das quais 333 911 eram homens e 300 497 eram mulheres, representando 6,1% da população residente (6,7% da população masculina e 5,6% da feminina).

Seis anos depois, o CRPG e o ISCTE levaram a cabo um inquérito que foi aplicado a uma amostra da população (1235 pessoas) residente em Portugal Continental, com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos e segundo os resultados, a população com deficiências e incapacidades em Portugal representa 8,2% do universo inquirido, um aumento de 2,1% desde 2001.

No Brasil segundo dados do Censo 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), aproximadamente 45,6 milhões de pessoas (23,9%) informaram ter pelo menos uma das deficiências investigadas. Destas, 38,5 milhões viviam em áreas urbanas e 7,1 milhões em áreas rurais. Na análise por sexo, observou-se que 26,5% da população feminina (25,8 milhões) possuía pelo menos uma deficiência, contra 21,2% da população masculina (19,8 milhões).

O Censo 2010 também investigou a prevalência de pelo uma das deficiências por faixa de idade, e constatou que 7,5% eram crianças de 0 a 14 anos; 24,9% fazia parte da população



de 15 a 64 anos e 67,7% encontrava-se na população com 65 anos ou mais. O maior contingente, com pelo menos uma deficiência, ocorreu na população de 40 a 59 anos, correspondendo à aproximadamente 17,4 milhões de pessoas, sendo 7,5 milhões de homens e 9,9 milhões de mulheres.

Trago estes dados para mostrar que existe uma quantidade significativa de pessoas em Portugal e no Brasil que possuem algum tipo de deficiência e que em alguns casos estas pessoas não são convidadas a participarem de decisões importantes relacionadas a sua cidadania e a sua participação social e na elaboração de projetos. Ao trazer esta reflexão aprofundo mais ainda ao pensar nas crianças com ou sem deficiência, será que é dado a estas crianças o direito de elaborar projetos, propostas e conceitos relacionados a elas?

Diante de vários conceitos concebidos na maioria da literatura por adultos não deficientes ou deficientes resolvemos buscar na criança com e sem deficiência o conceito de deficiência entendendo a criança como um ser capaz de produzir seus próprios conceitos e entender seu próprio corpo.

A literatura tem demonstrado que o conceito, a definição, os métodos e os objetivos dos trabalhos relacionados a Representação Social e as Pessoas com Deficiência e em especial Crianças com e sem deficiência, têm variado ao longo do tempo em decorrência da ênfase dada ao objeto de estudo.

Estudiosos tem demonstrado grande interesse na teoria das representações sociais a partir das propostas de Moscovici (2001), a exemplo de Minayo (2000) – expressão da realidade; Jodelet (1998) – relação de identidade; Abric (1994) – núcleo central e sistema periférico; Bourdieu (1989) – construção da realidade em espaços simbólicos e Elias (2000) – interdependência entre indivíduo.

A teoria das representações sociais no entender de Moscovici (2001) é singular, devido a sua forte tendência na direção de se tornar uma teoria geral dos fenômenos sociais e uma teoria específica dos fenômenos psíquicos.

Neste estudo utilizamos o referencial teórico-metodológico das representações sociais para levantar as opiniões, crenças, comportamentos e atitudes das crianças portuguesas e brasileiras sobre deficiência.

No campo da Sociologia da Infância recorreremos aos seguintes autores para fundamentar nosso estudo, Sarmento (2004) Sugere 4 eixos como Pilares das culturas infantis: Interatividade: Família, Escola, Comunidade são espaços que interferem na



construção da identidade pessoal e social das crianças. Crianças aprendem suas identidades com outras crianças. Ludicidade: Atividade social humana levada a sério pelas crianças. Fantasia do Real: Não tem convergência c/ esta expressão por entender que é demasiada frágil p/ denotar o processo de imbricação entre 2 universos de referência. Reiteração: O tempo da criança é vivido diferentemente do tempo do adulto é um tempo contínuo reinventado e com novas possibilidades. Sirota (2000): Utiliza-se da Etnografia para investigar aniversários de crianças e suas representações revelando a competência gestora das crianças. Ferreira (2002,2004): Investiga brincadeiras no jardim de infância entendendo que estas se opõe ao trabalho do adulto. Torna-se o ofício de criança. Corsaro (1992): Ideia de “criança tribal” onde com seus pares, com seu grupo. Fernandes (2005): Infância e direitos. Em suma, trata-se considerar e reivindicar as crianças como seres competentes, racionais, no fundo, trata-se de considerar que na investigação a criança é parceira, partilha de todo o processo, integra um espaço intersubjectivo, de forma genuína, efectiva e ética” (NATÁLIA; SARMENTO; CATARINA, 2004).

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se por um estudo qualitativo que segundo Minayo (2000), baseia-se em um modelo classificado como teórico-empirista em que, buscar elementos norteadores desta pesquisa exigirá o constante diálogo com autores, bem como com o grupo pesquisado.

A partir da teoria das representações sociais do grupo que acompanha os estudos de Moscovici (2005) buscamos captar, no discurso das crianças (sujeitos), a essencialidade das mesmas em relação à deficiência não encobrimo as diferenças e conflitos.

Utilizamos como recurso para levantamento de conteúdo o método interrogativo, mais especificamente a entrevista, por ser um processo de interação social no qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado. O recurso técnico foi um gravador de voz Panasonic modelo RR-US551. Dessa forma, é um processo através do qual ocorre a ação de intersubjetividade, pesquisador/pesquisado.

A entrevista, segundo Minayo (1999, p.107), ‘tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de colheita de informações sobre determinado tema científico – é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo’ através dela buscamos obter informes contidos na fala dos atores sociais.



A população se compõe de crianças com e sem deficiência portuguesas e brasileiras de várias instituições de Portugal e do Brasil, de ambos os sexos.

Entrevistamos um universo de 56 crianças de Portugal, em meu campo de estudo. Essas entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2011 a abril de 2012. Estas crianças pertencem a várias cidades e regiões do País.

No Brasil entrevistamos um universo de 59 crianças de varias regiões: Norte (Manaus, Roraima), Centro Oeste (Goiania), Nordeste (Salvador), Sul (Pelotas, Londrina, Santa Catarina), Sudeste (São Paulo), no período de maio de 2012 a agosto de 2012. Nesta empreitada difícil, mas saborosa, devido as dimensões continentais do país contei com a colaboração de muitos amigos das diversas regiões.

A entrevista constituiu-se da mesma pergunta feita as crianças portuguesas e brasileiras: “*Escutar a voz das crianças*” consiste, em última análise em escutar a voz do adulto que se revela num discurso previamente interpretado. Desenvolve-se assim um pensamento circular e uma ciência de “certezas” que continuamente se objectiva nos seus resultados. Fernandes, Sarmiento & Tomás 2004. A entrevista constituiu-se da seguinte pergunta: Representação – Realidade 1. O que é deficiência?

Analisando os elementos levantados pelas entrevistas, foi possível identificá-los internamente em grupos significativos. Diante dos elementos levantados a partir da Analise do Conteúdo (Bardin 1977) do grupo entrevistado, foram pontuados os elementos mais significativos que constituem o conteúdo da(s) representação(s) de onde partimos para organizar conjuntos desses elementos, a partir de ligações de semelhança entre elas e do contexto ao qual estão ancorados: Doença, Igualdade, Incapacidade, Normalidade, Diferença.

DOENÇA

O discurso da promoção da saúde é para o cidadão comum uma forma de chamar a atenção para a capacidade individual de cada um. Sabemos, por exemplo que a cegueira é um problema biológico e o restante da sociedade vê como uma doença social que significa incapacidade e dependência cotidiana. Se não pode eliminar um problema biológico, em tese, aceitar a criança deficiente pode significar um atenuante para a aparência social mesmo demarcado esta criança na condição de doente. Vejamos alguns depoimentos de crianças portuguesas sem e com deficiência: “*É quando a pessoa é doente. Não pode fazer as mesmas coisas que a gente faz*” (Leiria H Fem 10 a SD)



E as crianças com deficiência nos diz: *“É uma certa doença mental ou física que nos incapacita de fazer alguma coisa”*(Lisboa D Mas 16 a CD)

Ao me debruçar nas análises das entrevistas com crianças brasileiras, das diversas regiões do Brasil, encontrei muitas convergências nos cruzamentos das entrevistas com as crianças portuguesas a exemplo do conceito de deficiência relacionado a doença, igualdade, incapacidade, normalidade, diferença;

Luciano de Jesus. 14 anos. *É quando a pessoa apresenta algum problema de saúde, cegueira, defeito físico e etc...*Goiânia - C.Jagauraci Santiago – 11 anos – *Pra mim a deficiência é algum defeito físico que a pessoa tem devido a problemas de doença por não ter tomado vacina ou outro medicamento.* Porto Velho - O.Luiz Gonzaga – 13 anos - *A deficiência é uma doença, Ex: a cegueira pra mim não é uma doença mas pode trazer doenças, neurológicas, ortopédicas, mas pode ser superada com a força de vontade das pessoas.*Salvador

IGUALDADE

Neste grupo o discurso pela igualdade passa pela questão de se mostrar capaz. É igual porque é capaz e pede igualdade para mostrar capacidade. Esta condição se torna objeto de mensagem do indivíduo. A capacidade nesse contexto não passa pela força ou resistência física simplesmente e sim pela possibilidade de ser possível fazer o que a não deficiente faz. As crianças entrevistadas sempre reforçam a questão da igualdade, o que reforça ainda mais uma ideia de ser igual mesmo que funcionalmente: *“É uma pessoa que tem um problema a nível motor. Eu tenho este problema na perna mas faço tudo.”* (Coimbra P Mas 12 a CD) - H. 17anos - *Deficiência pra mim não importa o que vale é o sentimento das pessoas ele é a mesma pessoa é um ser humano que nem a gente e não importa o que ele é, o que importa é como ele nos trata e como nós tratamos eles, eles são iguais a gente.* Pelotas - J. Roberto Mendes –15anos- *Deficiência pra mim, é complicado, porque me tornei deficiente e tive que começar tudo de novo mas hoje em dia faço tudo sozinho, sou independente.*Salvador

INCAPACIDADE

Neste sentido Sarmiento (2000) fala da cultura de pares que permite às crianças apropriar, reinventar e reproduzir o mundo que as rodeia, esta convivência contribui para superar os medos e vencer as experiências negativas: *“É uma incapacidade do ser humano*



que com força e esforço pode ultrapassar” (Lisboa A Mas 17 a CD) - D- Nelson Cavaquinho- 16 anos- Acho que é uma pessoa que não pode fazer as coisas sozinhas, precisa de alguém do lado, uma doença, acho que é isso. Florianópolis

NORMALIDADE

Para Goffman (1988, p.118), *“é provável que quanto mais o indivíduo se alie aos normais, mais se considerará em termos não estigmáticos”*. Percebe-se neles, assim, uma forte intenção de se aproximarem da normalidade, ou seja, de exercerem o papel de cidadãos comuns. Um dos informantes declarou: *“É uma pessoa que tem um problema a nível motor. Eu tenho este problema na perna mas faço tudo”*. (Coimbra P Mas 12aCD) e Rosane – 11 anos nos disse - *Pra mim são pessoas normais*. São Paulo

DIFERENÇA

“É um problema que permite certas pessoas não serem iguais as outras” (Lisboa C Mas 16 a SD). Alcione-16anos – def - A deficiência é algo que nos temos diferente em relação a uma pessoa comum. Salvador

Olhando como investigadores e considerando as crianças como atores sociais com direitos de participação ativa ante a negação ou o controle pedagógico das suas experiências de movimento corporal, não nos restam dúvidas de que as crianças nas instituições de educação infantil não têm direito a movimentar a si e ao seu mundo como precisam e gostariam de fazê-lo para o bem do seu próprio desenvolvimento e da sua própria educação, socialização. Andrade Filho (2011)

A QUESTÃO DA MOBILIDADE: INCAPACIDADE CORPORAL (OU SOCIAL)?

Nas cruzadas e encruzilhadas de entrevistas o que mais chamou a atenção foi o fato das crianças brasileiras enfatizarem a questão da falta de acessibilidade. Vale salientar que os dois países Portugal e Brasil possuem legislação específica.

Em Portugal o Decreto-Lei n° 163/2006, de 8 de agosto Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n° 123/97, 22 de maio definindo as condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos, salientando-se a respectiva extensão a toda a construção habitacional. (Metello, 2010).



No Brasil a Lei nº10098 de 19/12/2000 no seu Art.1º estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (Brasil, 2005).

Ou seja no nosso entendimento, em ambos países legislação não é problema, o que falta? Cumprimento da lei? Falta de esclarecimento sobre a lei? Falta de cidadania? Estas questões principalmente no Brasil torna-se preocupante visto que as declarações sobre a falta de acessibilidade foram pontuadas em todas as regiões do país, nas mais desenvolvidas economicamente e nas menos desenvolvidas economicamente.

Def- Floripa/Br - É difícil pra mim, eu não sei nem responder. Sabe que não tem ônibus pra carregar deficientes aqui no centro não tem nem um ônibus pra carregar nenhum, não tem nem um pra carregar. Os ônibus tem elevador quebrado, tudo quebrado. Deficiência é uma luta, tem que vencer esta luta, é muito difícil tem que ter ônibus pra deficientes, carro pra deficientes porque não tem nada pra deficiente, fica difícil andar de um lugar para outro fica difícil se locomover. Até os pisos das ruas é ruim de andar. - Rodrigo - 12 anos – Pra mim deficiência é dificuldade que a pessoa tem para fazer algumas coisas porque as vezes na cadeira de rodas fica difícil, não tem acesso.(São Paulo)

Para Sarmiento (2002p4) “As culturas da infância transportam as marcas dos tempos, nos mostra a sociedade com suas contradições e complexidade”.

CONCLUSÃO

Assim como foi proposto inicialmente, o relatório apresentou o mapeamento do campo das Representações Sociais das crianças portuguesas e brasileiras em relação ao conceito de deficiência. Ou seja, respondeu a questão inicial que se propôs a investigar: “Como o conhecimento das representações sociais de crianças Portuguesas e Brasileiras poderá contribuir para um melhor entendimento do significado de deficiência?” Uma forma de linguagem? Uma melhor compreensão corporal? Inclusão? Integração? Uma forma de comunicação? Melhora na locomoção?

Pudemos apresentar através desta investigação as Representações Sociais de deficiência sob a ótica de crianças, esperamos que o presente trabalho possa contribuir na democratização em relação à participação da criança nas políticas públicas de educação, e



inclusão. Vislumbra a utopia de um mundo mais justo, mais solidário, e sobretudo mais cidadão.

Sarmento, Fernandes e Tomás (2006) nos alerta que não é possível falar ou debater sobre cidadania sem levar em consideração os novos modelos de organização social e familiar, estruturas das desigualdades sociais, relações de gêneros que podem contribuir e conviver com a diversidade e para que isto se torne pleno o respeito dos direitos da criança devem ser exercido na sua plenitude evitando a desigualdade e a exclusão.

Neste processo de entendimento surgiram inúmeras representações a exemplo das relacionadas com a normalidade. O aspecto da normalidade foi uma representação comprovada, a partir do núcleo central, busca a igualdade de comportamentos tido como normais, seja na aparência ou no desenvolvimento de suas atividades.

Esta luta pela normalidade faz surgir outro elemento de representação: a figura do herói, que, diante das adversidades, vence tudo e mostra coragem para vencer os medos e os obstáculos colocados pela sociedade, ou seja, o estigma.

À luz do que foi pesquisado, a elaboração e aplicação de programas exige da formação do professor algumas prioridades, que entendemos como fundamentais para se atuar com a criança. As questões que me sobrevivem para nossa reflexão são: - Como essas limitações indicadas pelas crianças sobre sua própria condição pessoal afetam sua condição social, sua condição de criança, sua condição de realizar o seu ofício de criança? Será que porque esses são sujeitos deficientes poderíamos dizer que são sujeitos que não constroem ou não têm ou não produzem cultura infantil ou de crianças, como as outras crianças normais? Qual a contribuição que crianças nessa condição podem dar para a constituição das culturas infantis e de crianças, para construir a noção de ofício de criança e as suas próprias experiências de movimento corporais?

Sustentamos que a reflexão sobre essas questões nos parece fundamental para se poder compreender criticamente suas condições e possibilidades, assim como para exigir o respeito aos seus direitos, bem como para pensar como atuar pedagogicamente com elas, respeitando suas culturas, através da: a) elaboração de programas para a formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres no convívio social; b) atividades relacionadas a formação da imagem corporal de um corpo que sente o mundo, que o anima e é animado por ele, um objeto de mediação e de auto-conhecimento, resgatando-lhe a totalidade ausente, tal como foi evidenciada no estudo. Através do conhecimento do seu próprio corpo e de suas relações é



que se torna possível reconhecer o direito à cidadania, para com isso exercer também o direito à liberdade, porque a liberdade é um direito da humanidade.

De Homero até nossos dias, as transformações em todas as áreas do conhecimento humano, inclusive das relações com o outro evoluíram, mas no nosso entendimento as atitudes com relação às crianças com deficiência corporificam-se através do tempo e do espaço. Os preconceitos e estigmas perduram ainda hoje, isto ficou muito claro nos discursos das crianças dos países Portugal e Brasil com isso as inquietações continuam, *será que em outros países de língua portuguesa Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste as crianças destes países tem convergência?*

Retomamos o início do trabalho quando dizia que as vidas humanas são movimentos dialéticos entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. (Tuan) É nestes movimentos que procuramos encontrar sentidos e significados nos caminhos percorridos que nos conduziram a um novo ponto de partida e não devemos esquecer que “Todo menino é um rei!”.

Referências

- ABRIC , Jean-Claude. **Méthodologic de recueil des représentations sociales** . Traduzido de Alda Judith Alves. Mazzotti,1994.
- ANDRADE FILHO, N. F. de. Experiências de movimento corporal de crianças no cotidiano da educação infantil. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL,1989.
- CATARINA Tomás e NATÁLIA Fernandes Soares (2004). **Infância, Protagonismo e Cidadania: contributos para uma análise sociológica da cidadania da infância**. *Revista Fórum Sociológico*. IEDS/UNL, n.º11/12, 349-361
- CORSARO, William A. & Eder, David (1992). **Children’s peer cultures**. *Annual Review of Sociology*, 16: 197-220.
- FERREIRA, Maria Manuela (2004). “**A Gente Aqui o que Gosta Mais é de Brincar com os Outros Meninos**” – *As Relações Sociais num Jardim da Infância*. Porto. Afrontamento.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2012**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em:



- ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica**. Oeiras / Portugal: Celta Editora, 1994.
- ELIAS, Norbert ;SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders** .Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1988.
- JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Ângela (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- METELLO, F.C. **Manual de Acessibilidade e Mobilidade**: (Decreto-Lei nº163/03 de 8 de agosto). Ed. Rei dos Livros. Portugal, Edição/reimpressão 2010.
- MINAYO, M. C. de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- MINAYO, M. C. de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ.2001.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- SARMENTO, Manuel J. (2000). “**A Infância e o Trabalho: A (Re)Construção Social dos “Ofícios da Criança”**”. In *Fórum Sociológico*, 3/4 (II Série): 33-48
- SARMENTO, Manuel J. e Pinto Manuel (1997). “**As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**”. In M. Pinto e M. J. Sarmento (Coord.), *As Crianças: Contextos e Identidades*. Braga. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- SARMENTO, Manuel J.; Silva, Raquel; Costa, Salette (2004) **As Penas do Galo de Barcelos: Infância, Trabalho e Lazer no Vale do Cávado**, *Arquivos da Memória*, (Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa), nº 6/7: 47-64
- SIROTA, Regine (1998) **L’emergence d’une sociologie de l’enfance : evolution de l’objet, evolutions du regard**. *Education et Sociétés*, nº2: 9-33
- SIROTA, Regine (2000). **Les civilités de l’enfance contemporaine**. L’anniversaire ou le déchiffrement d’une configuration.. *Éducation et Sociétés*. Nº3: 31-54.
- SOARES, Natália F.(2001). **Outras Infâncias...** Braga. CESC-Universidade do Minho
- SOARES, Natália F.(2005). **Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida** – *representações, Práticas e Poderes*. Tese de Doutorado em Estudos da



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Criança, área de conhecimento de Sociologia da Infância. Braga. Universidade do Minho (polic.)

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução por Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAYER, P. **Linguagem corporal**: a estrutura e a Sociologia da ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.